



Aos professores, funcionários, estudantes e pais

Todos os dias temos visto o crescimento da violência nas escolas. Estamos diante do aumento dos conflitos entre professores e alunos, entre funcionários e estudantes, entre direção de escola e pais, enfim entre os trabalhadores da educação e os estudantes, que envolvem seus pais. Nessa semana, mais um ex-aluno assassinou dois estudantes no interior de uma escola, no Paraná. Fato que era difícil de ocorrer no Brasil, agora toda semana uma situação de extrema violência é cometida em nossas escolas. O que parecia distante de nós, porque era e é comum nas escolas dos Estados Unidos, passou a ocorrer aqui. Toda vez que ocorrem conflitos, as escolas se dividem: uma parte responsabiliza a intransigência dos professores e funcionários; e outra, aos alunos, tidos como “sem educação”, como “adolescentes desajustados”, como “filhos que os pais não dão atenção” e toda sorte de adjetivação negativa.

Assim, o que temos presenciado é a busca de um responsável, para ser punido. Se for aluno, transferido de escola; se for professor, afastado ou até exonerado. Como se vê, lamentavelmente, de todos os lados o que se evidencia é a exigência de mais segurança, mais polícia e mais grades nas escolas. O governo, por sua vez, está sempre pronto a atender essas exigências repressivas. Não por acaso, foram criados os “Conselhos Tutelares”, intensificado a presença da Ronda Escolar e, agora, da própria polícia. Recentemente, o governo

implantou o Programa Conviva, para que a direção da escola recorra à segurança policial. Como foi o caso da ação violenta da polícia contra um estudante em uma das escolas de Perus.

Responder à violência

É preciso ter claro que violência nas escolas não brota nas quatro paredes das unidades escolares. Os conflitos que levam à violência têm sua raiz na sociedade em que vivemos. Trata-se de uma sociedade onde uma minoria detém toda a riqueza produzida e a grande maioria só dispõe da força de trabalho. Quando não há emprego para todos, quando as demissões continuam altas, quando o trabalho informal é a única saída para milhões, quando a fome e a miséria crescem todos os dias e quando boa parte da juventude não tem nenhuma perspectiva de trabalho, a tendência é o aumento da violência. É o que se passa em nosso país e, em particular, nos bairros pobres das capitais, como é o caso de São Paulo.

Os responsáveis pela violência são os capitalistas e seus governantes. Não à toa, conforme a crise econômica aperta, os capitalistas descarregam sobre a família trabalhadora todo o seu peso, com demissões, layoff, fechamento de postos de trabalho, rebaixamento de salários, terceirização e outras medidas violentas. E os governan-

tes, por sua vez, impõem o salário mínimo de fome, os cortes de recursos à saúde e à educação. São nos bairros operários que estão as escolas precarizadas, onde falta tudo, como ocorre nos distritos do Parque São Rafael e Iguatemi.

Após a pandemia, as escolas contam com poucos funcionários que sobrevivem com um salário miserável, com professores mal pagos e sem direitos e sob intensa pressão das direções, que exigem o cumprimento das medidas governamentais. As escolas que são PEIs enfrentam a enorme evasão dos alunos que necessitam trabalhar, as que adotaram o Novo Ensino Médio

vivem a farsa dos itinerários, enfim, a situação é calamitosa, gerando toda sorte de conflitos.

Não podemos fechar os olhos para essas trágicas condições. E o caminho é a unidade de trabalhadores da educação, estudantes e moradores dos bairros pobres. O movimento que começa em uma escola, exigindo melhores condições de trabalho e estudo, para se fortalecer depende de sua expansão. Daí a importância das direções sindicais, estudantis e políticas de convocarem as assembleias de bairro, constituírem os comitês de luta e organizarem as manifestações de rua.

A Corrente Proletária vem defendendo:

I. Um programa próprio de reivindicações dos explorados:

- a) Emprego a todos, por meio da redução da jornada de trabalho sem redução dos salários;
- b) Salário mínimo vital, capaz de sustentar a família trabalhadora;
- c) Fim das reformas trabalhista e previdenciária de Temer e Bolsonaro;
- d) Fim da terceirização e efetivação de todos os terceirizados;
- e) Moradia para as famílias trabalhadoras.

II. Reivindicações particulares da educação:

- a) Fim dos PEIs e revogação do Novo Ensino Médio;
- b) Abertura das salas e turnos fechados. Construção de novas escolas. Salas de

aulas com no máximo 25 alunos;

- c) Efetivação de todos os professores contratados. Fim da Nova Carreira de Doria;
- d) Piso salarial necessário para manter uma família, calculado pelas assembleias operárias democráticas;
- e) Fim da terceirização nas escolas e efetivação pelo governo dos terceirizados.

III. Defesa dos métodos próprios de luta:

- a) Independência dos sindicatos e movimentos populares diante do governo Lula/Alckmin;
- b) Defesa das assembleias e dos comitês de luta;
- c) Impor nossas reivindicações por meio da luta direta: greves, ocupações, bloqueios e manifestações de rua.

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

